IMAGENS E RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA BÁSICA 1964 - 1985

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade a observação da presença da população afrodescendentes[1], nos bancos escolares da Educação Básica durante o período de 1964 a 1985.

Ao longo do tempo histórico, a hierarquiado período de escravidão, colocou o negro em um patamar de inferioridade dentro do contexto social, sendo assim, ser branco, principalmente oriundos da metrópole, dava-lhe um status superior. Este fato apontado foi se consolidando através dos séculos dentro da escravatura. Esta ideia de inferioridade da população negra foi-se consolidando a ponto de quando rompe a abolição, o negro continuou ainda mais estigmatizado como raça perigosa, preguiçosa, sem escolarização, sem higiene, incapaz de produzir conhecimentos,condições que ampliam a sua condição de um ser subalterno.

Na Europa, a partir do século XIX, foi tornando-se corrente as ideias higienistas, fundamentadas no pensamento do filósofo francês Joseph Arthur de Gobineau[2], que no seu trabalho intitulado Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1855), defendia a tese do branqueamento da população como fator importante para o desenvolvimento de um país, cabe destacar que o referido autor fixou residência temporariamente no Brasil na condição de embaixador francês.

O pensamento de Gobineau chegada ao Brasil no início do século XX, influenciando no pensar de autores[3] no país, pois acreditavam, que a “mestiçagem” contaminava o povo brasileiro com características morais e intelectuais indesejáveis, a nossa esperança estaria no “branqueamento” gradual da população.

A educação é utilizada como um dos meios de higienismo da população negra dentro do nosso país,utilizando a escola pública para educar e promover asaúde, e a miscigenação no

[1] Nosso propósito é trabalhar afrodescendência na discussão proposta por Cunha Junior (2007), que tem por base a história e nos processos de formação da identidade afrodescendentes, onde as populações resultantes de imigrações forçadas, devido ao sistema de produção do escravismo criminoso, têm uma história em comum no Brasil.

[2] Principal ensaista sobre racialismo do século XIX.

[3] Podemos destacar Nina Rodrigues e Silvio Romero

processo de branqueamento da população, com o intuito de salvar a população negra de seus males. (D'AVILA, 2006).

Apesar dos apontamentos do referido autor a população negra em sua ampla maioria ficou fora do projeto de escolarização desenvolvido no Brasil, temos que questionar com a política pública sobre a educação não conseguia atender a maioria da população de afrodescendentes do país, mesmo sabendo da sua condição social, assim como das suas dificuldades de inserção no mundo do trabalho.

.

> Por volta do final dos anos 1940 e início dos anos 1950, cerca de 55% da população brasileira maior de 18 anos era constituída por analfabetos. Foi nesta ocasião que a UNESCO liderou o movimento a que já nos referimos, de estímulo à criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos, principalmente nas regiões consideradas *mais atrasadas* do país, elaborando o conceito de educação funcional. (LEAL, 1985)

O período, tendo como referência os governos de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubistchek, onde a crise mundial provocada pelas guerras de caráter mundial, assim como a busca de uma maior afirmação do Brasil enquanto nação, internamente e externamente, apontavam novas demandas, criando necessidades de formação e ampliação da capacidade de inserção da sua população na vida política e econômica de um país que se estruturava, apesar das suas diversidades.

A década de 60, o Brasil viveuma efervescência em relação ao seu sistema educacional, movimentos que tem por finalidade mudar os moldes da educação, pois em nosso país o analfabetismo tem proporções extremas, e se faz necessário para que o país tome novos rumos, tendo como meta a erradicação do analfabetismo.

A proposta freiriana[4] de alfabetização é criada dentro de um contexto social efervescente, o Brasil passava pela transição entre a condição de agro-exportador para urbano-industrial, o mundo estava em plena guerra fria, onde o debate ideológico era o elemento norteador das transformações sócio-espaciais, cabe destacar a luta dos povos africanos e asiáticos pela sua libertação, tendo como referência as ideias de Frantz Fanon, um dos intelectuais que fundamentam o pensamento de Paulo Freire. Quando a busca pelo conhecimento de base libertária era intensa, cabendo aos movimentos sociais serem protagonistas do ato de descortinar

[4] Paulo Freire pedagogo brasileiro que desenvolveu um método de alfabetização.

as realidades tendo como referência a ampliação do horizonte cultural, político e de informação. Assim pensava Paulo Freire (1986):

> Cada vez mais nos convencíamos ontem e estamos convencidos hoje de que, para tal, teria o homem brasileiro de ganhar a sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade. Participando. Ganhando cada vez maior ingerência nos destinos da escola do seu filho. Nos destinos do seu sindicato. De sua empresa, através de agremiações, de clubes, de conselhos. Ganhando ingerência na vida do seu bairro, de sua Igreja. Na vida de sua comunidade rural, pela participação atuante em associações (FREIRE,1986, p.92).

Como nos aponta (Jannuzzi, 1983), na carência de uma ação sistematizada do governo federal, a liderança de Paulo Freire e da sua proposta alfabetizadora atendem a preocupação da Organização das Nações Unidas (ONU), onde melhorar as condições de vida nos países subdesenvolvidos passa pela melhoria da escolarização da sua população pobre. Os dados socioeducacionais, apontado por BOMENY (2008, apud FARIA,2012), geraram preocupações no governo federal

O estudo de Nascimento (2011), aponta a preocupação do presidente eleito Jânio Quadros, para o mandato de 1961-1965, com a escolarização da população, ao determinar a criação de grupo de trabalho no Ministério da Educação e Cultura, com a sua renúncia o projeto fica temporariamente estagnado. Cabe apontar que independente das questões políticas do ato de Jânio, Paulo Freire desenvolvia no nordeste sua militância pela alfabetização.

O método freiriano, nasce, nesse clima de mudança no início dos anos 1960, a educação de caráter popular busca desenvolver uma condição libertária, por isso sua ação política junto aos grupos populares: intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja católica.

A partir da ditadura civil-militar iniciada em 1964, os comandantes políticos brasileiros, na busca dar continuidade ao parque industrial, baseado no intitulado tripé da economia ou tríplice aliança[5], entenderam ser oacordo Mec-Usaid - Ministério da Educação do Brasil a Agência dos Estados Unidos Para o Desenvolvimento Internacional, uma forma de apoio dos Estados Unidos da América a países subdesenvolvidos-, importante na ampliação e consolidação para o seu desenvolvimento industrial. Porém, existe um fator relevante para o desenvolvimento pensado. O analfabetismo.

---

[5]Estruturação industrial a partir do capital estatal, privado nacional e estrangeiro, oriundo da empresas multinacionais.

O quantitativo, já apontado de analfabetos, é visto então como um grande empecilho, proporcionando a necessidade de juntar esforços para que a educação no país se desenvolva, para os fora da idade série, o que Paulo Freire desenvolveu como método, transformou-se no Mobral[6] Sendo o método utilizado para aplicação da educação no Brasil é o tecnicismo, ou seja para formação de mão de obra técnica para que pudesse ser utilizado dentro das indústrias. A educação passa a ser então obrigatório pela lei de Diretrizes e Bases Nº5.692/71, onde todos entre os 7 aos 14 anos, passaram a ser obrigatoriamente matriculados em uma escola.

Conhecendo todo esse processo de transformação do país, a sua necessidade de mão de obra mais qualificada, começamos a buscar informações sobre a presença da população afrodescendente nas salas de aula, ponto central de interrogação do presente trabalho.

Buscamos trabalhar com fontes tradicionais que na condição de pesquisadores nos apropriamos na busca de dar consistência às nossas argumentações, tentamos os Censos[7], no Brasil é organizado pelo órgão federal denominado IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os dados não nos foram favoráveis.

Pela condição exposta e a ser aprofundada em nossos argumentos abaixo, resolvemos desenvolver uma pesquisa iconográfica para a executar o nosso trabalho, pela razão de não podermos contar com materiais específicos de pesquisas realizadas neste período. Na atualidade os historiadores debatem a necessidade da utilização das mais variadas fontes para dar clareza ao objeto a ser pesquisado, contribuindo assim para materiais que estavam parados e calados nos guardados familiares pudessem ser capaz de responder perguntas e apontar caminhos que as fontes tradicionais não conseguem, como em nossa pesquisa, por isso nos apoiamos na fala de Le Goff (1993), onde segundo o autor, devemos considerar como fonte qualquer documento que faz referência a homens, mulheres, com agentes da história em qualquer tempo e lugar, ou como Milton Santos (1988) nos demonstra ser as rugosidades do território as mascar que nos faz entender a sua apropriação ao longo do tempo.

O Censo ao nãodemonstravam a relação entre o número de alunos matriculados e a sua cor, nos fez buscar um fonte capaz de dialogar com as nossas preocupações, para isso resolvemos nos

---

[6]Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), órgão executor do Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescente e Adultos, cujo principal objetivo era o de promover a alfabetização funcional e educação continuada para os analfabetos de 15 anos ou mais, por meio de cursos especiais, com duração prevista de nove meses.

[7] Censo, neste trabalho é o conjunto de dados estatísticos que informa diferentes características dos habitantes de uma cidade, um estado ou uma nação.

aproximar com a fotografia, que se mostrou bem eficaz, a única restrição que nos é imposta através deste documento é que não podemos utilizar números concretos, porém a proporcionalidade atende completamente nossas necessidades, nos dando a porcentagem de alunos afrodescendentes dentro das salas de aula no período da ditadura civil-militar, que se mostra sempre ínfimo.

A ESCOLHA PELA METODOLOGIA ICONOGRÁFICA

Ao iniciarmos a busca de dados concretos para base de nossa pesquisa, encontramos algumas dificuldades em relação às fontes confiáveis, por esta razão decidimos o uso de uma fonte iconográfica, optamos por uma forma imagética para dar sustentação documental a nossa pesquisa. A princípio tentamos recolher dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, porém a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD, que nos dá mais detalhes sobre o assunto, só começou a ser realizada no ano de 1967, e no Brasil somente na década de 1980 foi feita uma pesquisa específica sobre a população levando em consideração as "raças":

> No Brasil embora só na década de 1980 tentasse incorporado de forma contínua a pergunta sobre cor ou raça nas pesquisas populacionais Contasse uma razoável tradição de experiência estatística de classificação racial o primeiro Censo nacional e 1872 e número a sua população e também a classificar racialmente lançando mão de categorias que a sociedade brasileira utilizava não somente para classificar como também para hierarquizar racialmente os seus membros branco preto pardo e Caboclo. (Síntese de indicadores sociais - Uma análise das condições de vida da população brasileira 2007, p. 181)

A fotografia como fonte documental histórica é de utilização bem recente. Apesar do desenvolvimento das lentes e de aparelhos cada vez mais modernos e sofisticados, tornando o método cada dia mais de baixo custo, havia a discussão se esta metodologia não poderia ser facilmente manipulável. Afinal ao reproduzir uma foto o fotógrafo mostra o que deseja, focando exatamente o que acha pertinente, entretanto não podemos desprezar que a imagem mostra uma verdade situada em um pequeno espaço de tempo e suas culturas fortalecendo uma percepção que somente no final do século passado se consolidou. Ou seja, a visão dos historiadores passou por uma metamorfose, de forma a aceitar uma outra forma de pesquisar: a "Revolução Documental" trazida pelas fotografias.

Diante desta e mais algumas dificuldades, optamos pelo exame das fotografias, bem comuns e específicas àquele período, as de classes escolares compostas de alunos e professores, como nos exemplos a seguir para que tivéssemos uma ideia da realidade que compunham as classes escolares de Educação Básica no período proposto. A historiografia moderna percebe que a iconografia é uma fonte de fatos sociais. Não serve somente para ilustração de textos, mas através das informações visuais mostra fatos passados, como também a forma que a sociedade se portava, afinal:

> A fotografia é constituída por três fatores: o assunto, o tema que ela quer relatar, o fotógrafo que faz o papel de filtro cultural, pois é com o seu olhar que nos é refletida a realidade parada no tempo, e a tecnologia utilizada para aprisionar a imagem. A fotografia coordena situações de local, geografia, época, datas, novas realidades passadas, limitadas e transpostas. (keim, 1971).

FOTO MODELO

Foto 2: http//porta-retrato-ap.blogspot.com.br/2010_11_01 archive.html

As fotos utilizadas na pesquisa foram extraídas de sites ou cedida por particulares. Nelastentamos perceber o percentual de alunos brancos e não-brancos dentro da sala de aula no período da ditadura civil-militar, fazendo assim uma análise comparativa.

DUALIDADE EDUCACIONAL

Identifica-se que da República nova foi nos deixado dois tipos de educação uma a educação destinada à formação das elites intelectuais e uma escola para formação de mão de obra para o trabalho (DÁVILA,2006).

Em 1964 com a chegada da ditadura civil-militar no Brasil é feito um acordo entre as entidades MEC e USAID, onde é firmado compromissos de ajuda entre os países, e os Estados Unidos apoiaram a reforma da educação no Brasil com intuito de formação de mão de obra para o trabalho dentro das indústrias que seriam implantadas dentro do Brasil, pois o analfabetismo era de grande proporção dentro do país mostrando que os projetos educacionais que foram implantado no país anteriormente foi ineficaz. No Anuário 1964 não encontramos dados sobre o analfabetismo e quanto as matrículas daquele período no ano de 1962 fazia a quantidade de unidades escolares dentro do Brasil, informação sobre o corpo docente informação sobre o ensino primário dividindo em anos escolares e sexo dos alunos (páginas 336-338), não encontrando informações sobre o número de analfabetos no país.

A constatação quantitativa de afro descendentes dentro da sala de aula neste período histórico é o fundamento de nossas pesquisas, que tem por finalidade observar-se esta população foi integrada ao projeto educacional que surge durante a ditadura civil-militar, ou se mais uma vez esta parte da população é excluída os projetos educacionais projetados para aquela época.

LEI EDUCACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL MILITAR

Podemos observar que até certos instantes na ditadura não houve modificações dentro das leis educacionais porém a partir de certo ponto como já se fazia necessário a alfabetizar de uma grande parte da população, em motivo do acordo MEC-USAID, e como também surge movimentos pelo mundo, como em 1968 durante a primavera em Paris surge um movimento estudantil com repercussão Mundial, realizando manifestações para agigantar um movimento político-ideológico, onde o governo federal toma medidas e junto ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - IPES e a pontifícia Universidade Católica - PUC promovendo um fórum para analisar e promover a educação no Brasil, foi formulado documentos para quê eles pudessem servir de base para os moldes educacionais. (Glycon de Paiva, 1969)

E em agosto de 1971 o Presidente da República decreta uma nova lei dando as diretrizes e bases para dando a direção para o ensino de primeiro e segundo grau dentro do país. A Lei Nº5692/ 71 no art. 1º já cita sobre a qualificação e o preparo do educando para o trabalho, como

também o currículo passa a ter um núcleo comum e obrigatório em todo âmbito nacional, no art. 5º também diz respeito que o ensino de 1º grau serviria como uma sondagem de aptidões iniciação para o trabalho, e o 2º grau como habilitação profissional, já o art. 6º afirma que as habilitações profissionais podem ser feita através de regime de cooperação com as empresas , e é uma das determinações principais desta lei é que o ensino de 1º grau torna-se obrigatório dos 7 aos 14 anos seja obrigatório aos municípios fazer o levantamento e chamar os alunos para matrícula, como também a duração de oito anos letivos, e cada ano com 720 horas de atividades.

Todos estes decretos os foram degrande e profundas modificações para a educação no país, mas o que nos importa é observar o quanto a população afro-descendente também foi beneficiada, se a implantação do tecnicismo trouxe para esta população possibilidades de ascensão social dentro de nosso país.

RESULTADOS ALCANÇADOS COM A PESQUISA.

Após termos feito a coleta de dados e analisados profundamente quanto teste quantitativo de alunos afrodescendente dentro da sala de aula, podemos observar que no período o início da ditadura civil militar, até o ano de 1970, onde não havia uma lei educacional específica gerada pelo regime político vigente,a quantidade de alunos demonstra o seguinte resultados.

De acordo com nossas pesquisas iconográficas até os sete primeiros anos da ditadura civil-militar a população afro-descendente representava uma média de 11, 65% dentro das salas de aula do ensino básico no Brasil. Neste período então é decretada a lei 5692/71, trazendo profundas mudanças, e entre elas a mais significativa para o nosso estudo, é a obrigatoriedade do ensino de 1º grau a crianças de 7 a 14 anos, pois através deste decreto omunicípio toma para si a responsabilidade de prover a pesquisa e o estímulo para este fato. Com o aparecimento do decreto no ano de 1971 até4 anos após, foi apontada em nossas pesquisas a porcentagem de 9,58% de alunos afrodescendentes dentro de sala de aula, nos dando a indicação que para população afrodescendente não houve modificação deste período.

Só após a décadade 1980 o Instituto brasileiro de pesquisa geográficas - IBGE, começa o trabalho de associação de número de matrículas dos alunos com a classificação por raça, e analisando informações do Anuário Estatístico de 1983 (p.243), com dados colhidos no ano anterior. Analisados os alunos que possuem de 4 a 8 anos dentro de uma sala de aula, que os colocam tendo a possibilidade de estarem na educação básica. Foram registrados um total de

34.229.957 alunos, e dentre eles 2.034.203 eram afro-descendentes, demonstrado uma porcentagem de 5,94%. Caracterizando um baixa ainda maior do que no início da ditadura. Chegando a conclusão que a lei educacional criada neste período da ditadura, como foi nos anos do higienismo, nunca foi favorável para a ascensão social desta população através da educação.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. (s.d.). *Lei de Diretrizes e Base de 1971 - Lei 5692/71 / Lei no 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Acesso em 30 de setembro de 2017, disponível em Jusbrasil: http:// presrepublica.jusbrasil.com.br

D'avila, J. (2006). *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil — 1917-1945.* São Paulo: UNESP.

IBGE. (1983). *Anuário Estatístico do Brasil.* Rio de Janeeiro: IBGE.

Kossoy, B. (2014). *Fotografia & História.* São Paulo: Ateliê Editorial.

Saviani, D., Lombardi, J., & Sanfelice, J. (s.d.). *História e história da educação.*Campinas: HIT.